

# LEITURA CRÍTICA DA MÍDIA COMO INSTRUMENTO DA CIDADANIA: APONTAMENTOS SOBRE A COBERTURA JORNALÍSTICA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E A NECESSIDADE DE EDUCAR PARA OS MEIOS\*

*Critical reading of the media as an instrument of citizen ship: Notes on the journalistic coverage of public policies and the need to educate for the media*

*Lectura crítica de los medios como instrumento de la ciudadanía: Apuntes sobre la cobertura periodística de políticas públicas y la necesidad de educar para los medios*

---

## Ana Cristina Spannenberg

Jornalista, Professora do Curso de Jornalismo da UFU e doutora em Ciências Sociais (UFBA).

E-mail: [anaspann@gmail.com](mailto:anaspann@gmail.com)

## Neimar da Cunha Alves

Jornalista, Mestre em Tecnologias, Comunicação e Educação ) pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

E-mail: [neimardca@gmail.com](mailto:neimardca@gmail.com)

## Bianca Mara Guedes

Jornalista, Mestranda em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

E-mail: [biancahguesdes@gmail.com](mailto:biancahguesdes@gmail.com)

---

## Resumo

Sob a perspectiva da comunicação democrática, o artigo discute resultados do monitoramento feito pelo Luminar – Observatório de Mídia e Políticas Públicas, de janeiro a junho de 2017, sobre a cobertura das políticas públicas nos jornais digitais da Região Sudeste. Foram analisadas 795 notícias visando identificar frequência, temas prioritários e sujeitos mencionados. Os resultados apontam a ausência da sociedade civil nas notícias e indicam a necessidade de uma pedagogia crítica da mídia para ampliar a tomada de consciência do cidadão.

**Palavras-chave:** Observatório de mídia; políticas públicas. pedagogia crítica da mídia. cobertura jornalística. Região Sudeste.

## Abstract

From the perspective of democratic communication, the article discusses the results of the monitoring carried out by Luminar - Observatório de Mídia e Políticas Públicas, from January to June 2017, on the coverage of public policies in the digital newspapers of the Southeast Region. 795 news articles were analyzed aiming to identify frequency, priority themes and subjects mentioned. The results point to the absence of civil society in the news and indicate the need for a critical media pedagogy to broaden citizens' awareness.

**Keywords:** Media Observatory. public policies. media literacy. Journalistic coverage. Southeast Region.

## Resumen

Bajo la perspectiva de la comunicación democrática, el artículo discute resultados del monitoreo realizado por el Luminar - Observatorio de Medios y Políticas Públicas, de enero a junio de 2017, sobre la cobertura de las políticas públicas en los diarios digitales de la Región Sudeste. Se analizaron 795 noticias para identificar la frecuencia, los temas prioritarios y los sujetos mencionados. Los resultados apuntan a la ausencia de la sociedad civil e indican la necesidad de una pedagogia crítica de los medios para ampliar la toma de conciencia del ciudadano.

**Palabras clave:** Observatorio de medios; políticas públicas. Pedagogía crítica de los medios. Cobertura periodística. Región Sudeste.

---

\* Os resultados apresentados neste artigo fazem parte do projeto de pesquisa “Políticas Sociais em pauta: Construção de um modelo de Monitoramento de cobertura sobre políticas sociais na mídia de Uberlândia/MG”, contemplado pelo Edital 01/2015 Fapemig – Demanda Universal, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Uma versão preliminar desse texto foi apresentada ao XXIII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sudeste, em junho de 2018.

❖ Artigo recebido em xx de xxxxx de 2018 e aceito para publicação em 13 de março de 2019.

## Introdução

O presente texto é norteado pela ideia de que a plena cidadania não pode existir descolada do conhecimento dos seus direitos pelas cidadãs e cidadãos. Aqui nos debruçamos especialmente sobre um conjunto especial deles, as políticas públicas, que são ações de responsabilidade do Estado, que partem da necessidade de oferecer garantias constitucionais e que ultrapassam ações de governos específicos. Sua oferta e qualidade devem ser fiscalizadas e cobradas por toda a sociedade.

Conforme Dalmo Dallari, “o primeiro passo para se chegar à plena proteção dos direitos é informar e conscientizar as pessoas sobre a existência de seus direitos e a necessidade e possibilidade de defendê-los” (2002, p.69). Acreditamos que cabe à mídia, sobretudo em sociedades democráticas, o papel decisivo nesse acompanhamento e conscientização, por isso suas ações devem ser observadas com cuidado.

Neste sentido, os observatórios de mídia, ancorados no conceito de media accountability systems (MAS), têm desempenhado papel importante na manutenção de um olhar crítico sobre as produções midiáticas e, até mesmo, avançando mais na direção de uma pedagogia crítica da mídia (Cunha, 2011).

*Tais observatórios acabam introduzindo a participação política na vida das pessoas, aglutinando-as em torno de um interesse comum. Ao fazer parte da experiência de reflexão e proposição na formulação das políticas públicas, os observatórios estimulam a tomada de consciência e a participação política em outros campos de interesse. É uma forma de aprofundar a democracia por meio da participação. (Rebouças & Cunha, 2010, p.87)*

A partir de tal perspectiva, nosso objetivo é apresentar alguns resultados obtidos pelo Luminar – Observatório de Mídia e Políticas Públicas (<observatorioluminar.org>), projeto vinculado ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que traz como proposta analisar a cobertura do tema na mídia e desenvolver ações de leitura crítica desta mesma mídia, voltadas aos sujeitos receptores e aos sujeitos beneficiados pelas políticas públicas. O observatório surgiu em 2015, a partir de um projeto de

iniciação científica e um projeto de extensão, mas seu lançamento oficial ocorreu em novembro de 2018, com a publicação dos seus primeiros resultados em um sítio.

O primeiro relatório publicado pelo Luminar, referente às notícias publicadas de janeiro a junho de 2017, abarcou 5 veículos do município de Uberlândia/MG, 10 sítios jornalísticos da Região Sudeste e 22 veículos digitais alternativos de cobertura nacional (Spannenberg, Amorim, Guedes & Alves, 2018). A pesquisa identificou a frequência das políticas públicas pautadas, quais os temas prioritários abordados e quem são os sujeitos presentes na construção das reportagens. Para a coleta de dados, a amostra foi recortada em quatro temas centrais – educação, habitação, saúde e trabalho e renda. Os resultados foram organizados de modo quantitativo e qualitativo, a fim de permitir sua melhor visualização e interpretação. Foram identificadas 995 notícias, sendo 319 sobre políticas de trabalho e renda, 316 sobre políticas de educação, 239 sobre políticas de saúde e 121 sobre políticas de habitação.

No presente artigo apresentaremos, especificamente, os dados levantados na observação dos 10 veículos jornalísticos digitais da Região Sudeste, que constituem o maior volume entre os três estratos analisados, totalizando 795 publicações. Os números demonstram a ausência da sociedade civil na cobertura das políticas públicas pela mídia e revelam a necessidade de ampliar a participação das cidadãs e cidadãos na tomada de consciência e na cobrança de seus direitos o que, a nosso ver, poderá ser potencializado a partir da leitura crítica da mídia e da educação para os meios.

Como defende Sérgio Buarque de Gusmão, acreditamos que “a crítica de mídia é feita para o público, não para o jornalista. A imprensa só muda de fora para dentro, pela pressão da sociedade, pelo debate, pela discussão” (citado em Loures, 2008, p.164). Essa ideia é sustentada pela percepção do jornalismo como um serviço público que, portanto, precisa ser fiscalizado pela sociedade. “O produto jornalístico é, inquestionavelmente, um serviço público, com garantias e privilégios específicos previstos em vários artigos da Carta Magna, o que pressupõe imperiosas contrapartidas em matéria de deveres e responsabilidades sociais” (Loures, 2008, p.165).

O texto a seguir está organizado em três blocos, apresenta uma breve discussão conceitual sobre mídias, políticas públicas, observatórios de mídia

e seu potencial para pedagogia crítica da mídia; na sequência, descreve os procedimentos metodológicos adotados; e, ao final, são apresentados os resultados e reflexões decorrentes deles.

## 1. Políticas públicas, mídia e monitoramento

O conceito de políticas públicas remonta ao século XIX, embora a ideia somente tenha se consolidado enquanto prática após a quebra da bolsa estadunidense e consequente crise econômica mundial dela decorrente, em 1929 e, posteriormente, no período de reestruturação econômica pós Segunda Guerra Mundial. Estas discussões são sustentadas, sobretudo, pela obra do economista inglês John Keynes, que quebrando com o paradigma do liberalismo clássico apresenta a ideia de “proteção social”, que pode “[...] ser definida como a garantia de determinados direitos, independentemente do nível de renda ou da participação no mercado de trabalho” (IPEA citado em Saraiva & Carvalho, 2012, p.32). Dessa perspectiva, compreendemos as políticas públicas como aquelas ações que fazem parte da responsabilidade estatal desde a constituição dos Estados Modernos.

A pesquisadora Celina Souza propõe uma múltipla conceituação para o termo:

*A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação. (Souza, 2006, p. 36).*

Juliana Faleiros, pesquisadora da área do Direito, (2016) situa nos séculos XVII e XVIII, a partir das revoluções ocorridas na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos, o início do processo de reconhecimento da dignidade da pessoa humana enquanto valor universal. No período, a busca era por reduzir a interferência do Estado na vida do cidadão. “Chamados de direitos de primeira dimensão, os direitos individuais são considerados as liberdades civis que englobam, dentre outros, a liberdade de expressão, o direito de ir e vir, o direito ao devido processo legal”. (Faleiros, 2016, p. 100)

Em um segundo momento foi identificado que a consolidação das liberdades poderia ampliar as desigualdades sociais e que, portanto, a busca deveria ser por direitos sociais, que auxiliassem na redução das desigualdades (Faleiros, 2016). Tal grupo de direitos foi denominado “direitos de segunda geração”, como a educação, por exemplo. Tal definição apenas foi formalizada com a Declaração Universal de Direitos Humanos proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU) após o término da II Guerra Mundial e expandindo a ideia original para os chamados “direitos de terceira dimensão”, “[...] como o respeito ao meio ambiente, à biodiversidade cultural dos povos e à humanidade de modo geral”. (Faleiros, 2016, p. 100).

Segundo Celina Souza (2006), as políticas públicas tornaram-se tema de atenção, sobretudo, a partir da política de contenção de gastos públicos e mudanças de posicionamento para um ajuste fiscal e medidas para contornar a inflação que surgem com o pós-guerra. Tal preocupação torna-se ainda mais relevante em países em desenvolvimento. No Brasil, as pesquisas sobre o tema sofrem um grande crescimento a partir da década de 1990.

*A emergência, relativamente recente, da pesquisa em políticas públicas no Brasil e a popularização do tema requerem um esforço para tornar mais claras algumas questões a ela relacionadas. Esse esforço é também necessário porque a literatura sobre políticas públicas tem sido pouco traduzida no Brasil, assim como sua aplicação empírica ainda é relativamente escassa, inclusive nos trabalhos acadêmicos. (Souza, 2006, p. 12).*

O papel dos meios de comunicação no agendamento da temática políticas públicas também é decisivo. Antes de adentrar nessa questão, entretanto, é preciso enfatizar que, embora não consensual e tendo sofrido com muitas críticas, a hipótese de que a mídia pauta a opinião pública continua sendo adotada por diversas correntes de pesquisadores e sustenta conceitualmente o presente estudo. Por essa hipótese, nascida em fins dos anos 1960 entre pesquisadores dos efeitos dos meios de comunicação de massa e denominada Agenda Setting, postula-se que a mídia “pode não conseguir, na maior parte do tempo, dizer às pessoas o que pensar, por outro lado ela se encontra surpreendentemente em condições de dizer aos próprios leitores sobre quais temas pensar alguma coisa” (Cohen citado em Wolf, 2003, pp.143-144).

Voltando ao agendamento das políticas sociais pela mídia, entende-se que essa possui papel de destaque na ampliação do debate. Entre os defensores de tal ideia, a qual nos filiamos, considera-se que a mídia pode auxiliar:

- a. Contribuindo para o agendamento dos temas prioritários para o desenvolvimento humano;
- b. Atuando como instituição central no sistema de freios-e-contrapesos dos regimes democráticos, colaborando para que os governos (mas também o setor privado e a sociedade civil) sejam mais responsivos (“accountable”) na formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas;
- c. Informando, de maneira contextualizada, os cidadãos e as cidadãs de tal forma que estes possam participar mais ativamente da vida política, fiscalizando e cobrando a promoção de todos os direitos humanos. (Canela, 2008b, pp.11-12)

No Brasil há estudos sobre as políticas públicas e seu tratamento midiático, sobretudo em algumas temáticas específicas. A Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), por exemplo, em estudo de 2007, identifica que na cobertura dos 54 principais jornais diários do país no ano de 2005, entre as notícias que tratam da infância, apenas 16% aborda o tema pelo ponto de vista das políticas públicas (Canela, 2008a, pp.92-93).

Os pesquisadores apontam alguns avanços, com a lenta inserção de temas sociais na agenda midiática (Motta, 2008), mas não comemoram tais

alterações, porque os enfoques de tais notícias ainda indicam um tratamento pouco voltado à contextualização humana e a apresentação de alternativas.

*Apesar de todas as conquistas, as estatísticas seguem sendo desfavoráveis à cobertura destas temáticas. Pesquisa realizada pela ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância, 2003), em 716 notícias veiculadas em 56 jornais brasileiros, revelou que a grande maioria deles publica, em média, cerca de uma matéria a cada dois dias sobre temas como pobreza e miséria, fome, desnutrição, exclusão, desigualdade, desenvolvimento humano, políticas compensatórias, assistencialismo, geração de renda e outros assuntos afins. Nos textos que tinham como foco essas questões, a ênfase estava no crescimento econômico como solução, não no desenvolvimento social e humano. Menos de 1% falava em desenvolvimento local, integrado e sustentável. (Motta, 2008, pp. 334-335)*

Em tal contexto, os meios de comunicação atuam como elementos de manutenção de uma ordem estabelecida, na qual apenas as chamadas “anomalias” devem ser informadas. “É natural, portanto, que a reduzida agenda da imprensa gravite sempre em torno dos mesmos temas e do mesmo tipo de enfoque, reverberando escândalos e denúncias, mas deixando de tocar em questões realmente importantes, justamente aquelas que são tão caras à agenda social”. (Canellas, 2008, p.106)

Entende-se, assim, que há necessidade de monitoramento da mídia no tratamento de tais temáticas, colaborando para que essa tenha caráter mais responsivo e dialógico com os atores sociais envolvidos e interessados (Canela, 2008b). Observar como as políticas públicas são pautadas pela mídia é, portanto, um desafio que reforça a ideia de que a mídia pode colaborar para fiscalização das ações do Estado. Um observatório de mídia funciona como uma entidade que monitora e reúne dados sobre o conteúdo publicado pelos veículos.

*A cidadania está ligada à prática de reivindicação e apropriação de espaços e de direitos, segundo Mazini-Covre (2001) e o conhecimento desses direitos deve ser cada vez mais socializado*

*entre a população. O papel dos observatórios de mídia, nesse caso, pode ser fundamental no que diz respeito não só a democratização da informação, mas a uma formação de sujeitos que possam compreender e lidar melhor com os meios de comunicação e suas mensagens; sujeitos autônomos, críticos que possam ter uma inserção mais transformadora na sociedade.” (Parente & Pinto, 2017, p.426).*

Debruçando-se especificamente sobre os observatórios de mídia, Cunha (2011, p.7) aponta que tais estruturas têm sua origem com a consolidação dos grandes conglomerados de mídia, sobretudo a partir de fins dos anos 1970 e início dos anos 1980. A proposta que os origina está ligada a uma crítica aos fluxos unidirecionais dos meios de comunicação de massa e à ideia de democratização da comunicação. Um dos principais marcos dessa crítica foi o relatório MacBride produzido pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura (Unesco) e divulgado em 1980, que denunciava uma espécie de “neocolonização cultural”, cujo fluxo poderia ser percebido do hemisfério norte para o hemisfério sul, o que demonstrava o peso do agendamento midiático (Cunha, 2011, p.7).

Já na década de 1990, os processos de privatização e desregulamentação das telecomunicações, acabaram reforçando os conglomerados de comunicação, com poucos grupos controlando grande parte dos veículos de produção de conteúdo. Em 1998, Ignácio Ramonet já previa o impacto que esses movimentos teriam sobre a livre circulação da informação:

*O objetivo visado por cada um dos titãs da comunicação é tornar-se o interlocutor único do cidadão. Querem poder proporcionar-lhe afinal notícias, dados, lazer, cultura, serviços profissionais, informações financeiras e econômicas; e desta forma coloca-lo em conexão com todos os meios de comunicação disponíveis — telefone, modem, fax, visio-cablagem, televisor, Internet. (Ramonet, 1998, pp.124-125)*

Acreditamos que esse é o cenário no qual começam a surgir os observatórios de mídia. Albornoz e Herschmann, ao desenvolver um levantamento sobre os observatórios ibero-americanos, apontam que a maioria daqueles que conseguiram identificar surgiram na segunda metade da década de 1990 (2006, p.3). Conforme Cunha, seu surgimento neste contexto define suas características: “a ação dos observatórios junto à mídia busca limitar a prioridade econômica do lucro máximo e tenta instituir o interesse social em seus conteúdos” (2011, p.9).

Em busca de uma conceituação dos observatórios de mídia, encontramos sua relação direta com os chamados Sistemas de Responsabilização da Mídia, ou MAS, do inglês, Media Accountability System (Bertrand citado em Cunha, 2011, p.22). Os MAS são mecanismos que funcionam como “[...] respostas civis ao domínio mercadológico e ao enfraquecimento da regulamentação dos meios de comunicação de massa” (Cunha, 2011, p.22).

Tais estruturas podem ser classificadas em duas categorias: os observatórios fiscais, que monitoram o funcionamento dos meios de comunicação; e os observatórios thinktank, que propõem refletir e intervir no encaminhamento de políticas públicas (Albornoz & Herschmann, 2006, pp.5-7). Cunha e Rebouças propõem, ainda, uma terceira categoria, baseada nas experiências brasileiras, que mesclaria as duas anteriores.

Os pesquisadores citam o Observatório da Mídia Regional da Universidade Federal de Pernambuco para demonstrar que é possível identificar nas ações dessa categoria tanto características de “porta-vozes de alternativas de e para as políticas públicas”, quanto de “ferramentas de fiscalização da mídia” (Rebouças & Cunha 2008, pp.1-2). Os observatórios de mídia instalados em instituições de ensino no Brasil são destaque como espaços de reflexão e crítica da produção: “a ideia primeira é a de que o ensino do jornalismo deve necessariamente ter um momento em que alunos e professores debatam a realidade da prática profissional corrente, de forma organizada, sistematizada, metódica”, explica Victor Gentilli (citado em Loures, 2008, pp.170-171).

Quanto ao objetivo dos observatórios de mídia, vale destacar sua relação direta com a proposta de uma sociedade democrática, que percebe

essas instituições como instrumentos para ampliação da participação cidadã nas decisões sociais.

*A existência dos observatórios impulsiona a comunicação democrática, seja capacitando profissionais da área ou desenvolvendo a pedagogia crítica junto ao público receptor. O objetivo deles é que suas demandas sejam concretizadas em leis, instituições e políticas públicas. Para que isso ocorra, é preciso também a conscientização do público para a importância da temática; sobretudo, em um país onde existem leis que não são acatadas. (Rebouças & Cunha, 2010, p.87)*

Como exemplos de ações geralmente vinculadas às ações dos observatórios de mídia, Cunha (2011, pp.123-124) destaca a “pedagogia crítica da mídia” e a “mídia cidadã”. A pesquisadora explica que “a pedagogia dos meios é uma atividade educativa e preparatória, antecedendo a democratização do acesso, da gestão e do conteúdo”. As ações de crítica da mídia, como defende Loures (2008, p.165) “[...] são imprescindíveis para que não se deixe esvaecer nos fogos de artifício a própria essência do jornalismo: informar, educar e formar a consciência crítica e militante da cidadania”.

O Luminar – Observatório de Mídia e Políticas Públicas foi criado dentro dessa concepção de democratização da comunicação. Por esse motivo, além de trazer análises sobre o conteúdo publicado pela mídia, também apresenta informação e propostas de reflexão e intervenção, adequando-se às principais características de um observatório, conforme propõem Rebouças e Cunha (2010, p.91). A pedagogia crítica dos meios encontra papel de destaque entre suas ações, pois “embora servir ao processo formal de ensino e aprendizagem não seja o objetivo mais proeminente dos observatórios de imprensa, não há como negar a função educativa que eles realmente desenvolvem” (Siqueira & Rothberg, 2008, p.206).

Aqui, vale também destacar que, na sua interface, o Luminar mantém ainda uma ação de mídia cidadã, através da Conexões – Agência de Notícias

de Políticas, Ciências e Educação (agenciaconexoes.org), com publicações periódicas de notícias sobre políticas públicas no município de Uberlândia/MG.

## 2. Caminhos da pesquisa

O presente estudo, como já mencionado, observou a cobertura do tema políticas públicas nos veículos de mídia com produção jornalística no Sudeste do Brasil. Para tanto, optamos pela utilização da Análise de Conteúdo como método de pesquisa. A Análise de Conteúdo (AC), especificamente aplicada ao texto, “[...] faz uma ponte entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais. No divisor quantidade/qualidade das ciências sociais, a análise de conteúdo é uma técnica híbrida que pode mediar esta improdutiva discussão sobre virtudes e métodos” (Bauer, 2002, p.190).

No âmbito dos estudos de jornalismo, vale destacar que a AC é entendida como metodologia eficaz para uma série de observações. “Pode ser utilizada para detectar tendências e modelos de análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos”, conforme destaca Herscovitz (2007, p.123). A pesquisadora também frisa que esse método é eficaz para identificarmos os sentidos construídos, o que vai de encontro às críticas de que a Análise de Conteúdo resultaria em pesquisas com resultados quantitativos e superficiais.

Martin Bauer propõe dois momentos para a realização da Análise de Conteúdo. O primeiro abarca a definição e amostragem das unidades de texto (Bauer, 2002, p.196ss). O segundo momento engloba os processos de definição de categorias e codificação. “A codificação e, conseqüentemente, a classificação dos materiais colhidos na amostra, é uma tarefa de construção, que carrega consigo a teoria e o material de pesquisa” (Bauer, 2002, p.199).

Em nossa proposta, a amostra foi composta por todas as publicações entre 01 de janeiro e 30 de junho de 2017 nos dez principais veículos de comunicação da Região Sudeste, de acordo com a Associação Nacional de Jornais<sup>1</sup>, com cobertura jornalística de periodicidade diária cujo conteúdo está disponível em plataformas na internet (sítios), a saber: Folha de São Paulo

<sup>1</sup> Disponível no endereço: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>

(SP), O Globo (RJ), O Estado de São Paulo (SP), Super Notícia (MG), Estado de Minas (MG), O Tempo (MG), Extra (RJ), Valor Econômico (SP), Hoje em Dia (MG) e A Gazeta (ES).

No primeiro momento da pesquisa realizamos a coleta de dados. Para a operacionalização da coleta foi adotado o buscador Google, utilizando suas ferramentas de refinamento. Outras possibilidades foram testadas e optou-se por essa ferramenta por permitir a busca direcionada em sítios específicos e dentro de um período de tempo pré-determinado. As unidades de registro foram recortadas a partir de quatro temas centrais – educação, habitação, saúde e trabalho e renda.

Para viabilizar a busca textual de notícias foram adotados os nomes de políticas públicas e/ou instituições a elas vinculadas. Assim, chegou-se aos seguintes termos de busca: “MEC” para políticas públicas de educação, pois o Ministério da Educação é o órgão do governo federal responsável por uma série de ações, como o FIES, o SISU, a política de Cotas e outras; o termo “Minha Casa, Minha Vida”, em alguns veículos a sigla “MCMV” que estes adotam, referente ao programa habitacional criado em 2009 para subsidiar a aquisição da casa própria por famílias de baixa renda para abordar as políticas de habitação; a sigla “SUS” para políticas de saúde, fazendo referência ao programa criado pela Constituição de 1988 e mantido pelo governo federal em parceria com estados e municípios que é considerado um dos maiores sistemas de saúde do mundo; e, por fim, o termo “salário mínimo”, que foi uma política implementada no Brasil pelo presidente Getúlio Vargas, na década de 1930, adota para analisar as políticas públicas envolvendo trabalho e renda.

Após coletadas as notícias referentes ao primeiro semestre do 2017, foi realizado um compilado quantitativo que permitiu responder a algumas questões, tais como: “Qual a frequência das pautas sobre políticas públicas na mídia?” e “Quais os temas prioritários abordados pela cobertura das políticas públicas?”.

No segundo momento, com os dados quantitativos tratados, partimos para uma análise aprofundada. O compilado das matérias encontradas nos veículos analisados foi colocado em um software específico e submetido a sorteio aleatório pelo qual foram identificadas, a cada mês, uma notícia para cada temática. Nessas foram observados, mais detidamente, quem são os

sujeitos das notícias sobre políticas públicas. Para tanto, também adotamos a técnica da Análise de Conteúdo, com o instrumento desenvolvido pelo grupo de pesquisa (Tabela 01).

| Número total de matérias | Número total de Sujeitos mencionados (nº)                                               | Número total de Vozes (fontes - nº)                                                     | Abordagens                              | Destaques (Localização na página)                |
|--------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|--------------------------------------------------|
|                          | • Representantes governamentais:<br>• Sociedade civil:<br>• Especialistas:<br>• Outros: | • Representantes governamentais:<br>• Sociedade civil:<br>• Especialistas:<br>• Outros: | • Positiva:<br>• Negativa:<br>• Neutra: | • Principal:<br>• Secundária:<br>• Sem destaque: |

Tabela 01 – Análise Qualitativa – Quadro Geral

Fonte: Spannenberger *et al.*, 2018

A seguir, apresentaremos os principais resultados encontrados e discutiremos como eles nos apontam caminhos para (re)pensar a cobertura sobre políticas públicas nos meios de comunicação jornalísticos digitais do Sudeste, assim como a necessidade de implementação de ações de leitura crítica dos meios.

## Resultados e reflexões possíveis

Entre o material jornalístico coletado nos dez principais jornais digitais da Região Sudeste, a partir dos temas de políticas públicas pesquisados, foram localizadas: 278 notícias sobre trabalho e renda, 259 sobre educação, 170 sobre saúde e 88 sobre habitação. Políticas públicas de trabalho e renda aparecem, aproximadamente, cinco vezes por mês por veículo em uma média geral dos jornais, no entanto, foi especialmente pautada nos jornais Estado de Minas (77 publicações nos seis meses observados) e O Estado de São Paulo (58 publicações nos seis meses observados). Já as políticas de

educação aparecem cerca de quatro vezes ao mês, mas também foram mais expressivas no jornal O Estado de São Paulo (46 publicações nos seis meses observados). Em seguida, as políticas públicas de saúde são pautadas quase três vezes ao mês, com destaque para os veículos Hoje em Dia (28 publicações nos seis meses observados) e Estado de Minas (26 publicações nos seis meses observados). Por fim, as políticas de habitação são pautadas aproximadamente uma vez ao mês, com destaque para os jornais Extra e O Globo (16 publicações nos seis meses observados cada). Tais resultados podem ser observados com detalhamento na tabela abaixo (Tabela 02).

|                       | Saúde | Habitação | Trabalho e Renda | Educação |
|-----------------------|-------|-----------|------------------|----------|
| A Gazeta              | 16    | 9         | 11               | 21       |
| Estado de Minas       | 26    | 9         | 77               | 37       |
| Extra                 | 9     | 16        | 39               | 23       |
| Folha de São Paulo    | 18    | 12        | 38               | 38       |
| Hoje em Dia           | 28    | 6         | 10               | 24       |
| O Estado de São Paulo | 21    | 9         | 58               | 46       |
| O Globo               | 19    | 16        | 23               | 38       |

|               |            |           |            |            |
|---------------|------------|-----------|------------|------------|
| O Tempo       | 18         | 6         | 9          | 12         |
| Super notícia | 10         | 1         | 8          | 4          |
| Valor         | 5          | 4         | 5          | 16         |
| <b>TOTAL</b>  | <b>170</b> | <b>88</b> | <b>278</b> | <b>259</b> |

Tabela 02 – Análise Quantitativa – Por jornal x tema

Fonte: Spannenberger *et al.*, 2018

Considerando todos os veículos analisados, nota-se que os meses de janeiro e fevereiro apresentam cerca de dez a vinte reportagens a mais que os outros na temática educação, com média de 58,5 notícias por mês contra 43,1 da média geral, justamente por se tratarem de meses muito focados nos resultados e aprovações do SISU (Sistema de Seleção Unificada), sistema que permite o ingresso em instituições públicas de ensino superior. E, mesmo durante o período de março a junho, este é o assunto mais associado à políticas públicas da educação, junto a questões como novas bases para o ensino básico e textos sobre a reforma do ensino médio. Já as políticas de habitação são expressivamente subapresentadas nos veículos, apenas 88 matérias em seis meses nos dez jornais observados, mesmo assim, girando em torno da temática do Minha Casa Minha Vida com viés de serviço, trazendo pautas como prazos e locais de inscrição, documentação necessária e outras orientações.

A temática das políticas públicas de saúde acaba encontrando uma maior linearidade, sem momentos de destaque nos seis meses observados, e os jornais apresentam matérias que giram em torno de novos serviços no SUS e campanhas de vacinação. Já as políticas públicas de trabalho e renda tiveram suas notícias ambientadas em dois grandes temas: reforma trabalhista e reforma da previdência, sendo eles responsáveis pelo maior fluxo de notícias sobre políticas públicas nos veículos observados, com os meses de janeiro e

abril em destaque, principalmente por terem sido os meses nos quais se realizaram reuniões, avanços e negociações na Câmara Federal e no Senado.

O quadro abaixo (Tabela 03) apresenta os resultados da análise aprofundada que nos permitem ampliar a discussão sobre esse tipo de cobertura.

| Número total de matérias | Número total de Sujeitos mencionados (nº)                            | Número total de Vozes (fontes - nº)                                  | Abordagens                               | Destaques (Localização na página)                 |
|--------------------------|----------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|------------------------------------------|---------------------------------------------------|
| 20                       | Representantes governamentais: 28<br>Sociedade civil: 2<br>Outros: 2 | Representantes governamentais: 20<br>Sociedade civil: -<br>Outros: 6 | Positiva: 8<br>Negativa: 2<br>Neutra: 10 | Principal: 1<br>Secundária: 8<br>Sem destaque: 11 |

Tabela 03 – Análise Qualitativa – Sudeste

Fonte: Spannenberger *et al.*, 2018

Em porcentagem, dentre as 20 matérias analisadas, apenas 6,25% dos sujeitos mencionados são da sociedade civil, contra 87,5% de representantes governamentais. E, quando consideramos os sujeitos com falas diretas no material coletado, a sociedade civil desaparece. Além disso, os jornais analisados apresentam um viés de serviços em quase todas as suas matérias, o que faz com que as abordagens do tema sejam positivas ou neutras em 90% das matérias analisadas. Evidentemente, a alocação de notícias sobre políticas públicas como jornalismo de serviços acaba minando o destaque possível neste tipo de material, sendo que 55% do material analisado não tem qualquer tipo de destaque nos portais online, 40% são material secundário e apenas 5% tiveram aprofundamento e destaque.

A coleta dos dados desta pesquisa demonstra que as políticas públicas pautadas pela mídia se restringem a um viés mecanicista e de serviços. Dessa forma, os veículos de comunicação acabam exercendo somente a função de informar os cidadãos sobre datas, ações e campanhas relacionadas às políticas públicas, mas não cumprindo seu papel de analisar criticamente e atuar como agentes fiscalizadores de ações do Estado. Tal observação confirma o apontado por Ângela Loures: “[...] o que se vê nas redações é que a busca da

informação verdadeira, a serviço do cidadão – que se constitui na ideologia justificadora da atividade jornalística – foi instrumentalizada e esquecida” (2008, p.159).

A ausência de fontes da sociedade civil reforça caráter instrumental e pouco humanizado que as notícias sobre um tema que interessa diretamente à população acabam adquirindo. O jornalismo é, portanto, agente ativo no apagamento das relações entre cidadãos e governo, o que é justamente contrário ao caráter responsivo e dialógico (Canela, 2008b) que se espera dele.

Para a sociedade civil, que possivelmente não se reconhece nas notícias, torna-se mais complexa a tarefa de tomar consciência dos seus direitos e buscar defendê-los (Dallari, 2002, p.69). E, neste ponto, a proposição de ações de monitoramento que permitam uma análise crítica dos conteúdos da mídia torna-se fundamental, embora insuficiente. É preciso avançar, deixando os espaços exclusivamente acadêmicos e compartilhando os resultados com a sociedade que, em última instância, é quem financia as pesquisas. Pautada pela ideologia de uma comunicação democrática, acreditamos ser possível avançar:

*Nesse contexto, a participação, a educação e o conhecimento assumem papéis preponderantes. É principalmente nas práticas de pedagogia crítica da mídia, na participação nas discussões sobre a formação e implementação das políticas públicas e na produção de conhecimento especializado sobre a mídia que a ideologia da democratização da comunicação ultrapassa a condição de idéia ou consciência de um grupo e é materializada em práticas concretas para a sociedade. (Cunha, 2011, p.129)*

Com base nessas premissas, o Luminar – Observatório de Mídia e Políticas Públicas, ainda em seu primeiro ano de divulgação, tem trabalhado com três frentes de ação visando estimular a reflexão a respeito da cobertura das mídias e políticas públicas: 1) vídeos curtos (de 1’30 até 3’) apresentando e problematizando os principais resultados obtidos na pesquisas; 2) vídeos curtos (de 1’30 até 3’) que trazem os conceitos centrais de políticas públicas; e 3) roteiros de leitura crítica construídos a partir de algumas reportagens

analisadas, focando em uma das quatro temáticas centrais da pesquisa (educação, habitação, saúde e trabalho). Como defendem Siqueira e Rothberg, “[...] não se trata apenas de denunciar os problemas de cobertura, mas sim de ensinar aos leitores dos observatórios as habilidades da ‘metalinguagem jornalística’” (2008, p.207).

Um dos principais desafios que temos encontrado é compreender a heterogeneidade do público e construir modos de apresentação da reflexão que possibilitem a compreensão, o diálogo e a produção conjunta de conhecimento.

*O papel pedagógico dos observatórios consiste em tratar sistematicamente das questões significativas que emergem da atuação dos meios de comunicação, promover diálogos entre leitores, pesquisadores e profissionais de mídia e criar atividades colaborativas de produção de conteúdo. Nesse processo, espera-se que o conjunto maior de leitores passe a pensar sobre o modo como as notícias são feitas, sobre o modo como eles próprios lêem essas notícias e, daí, elaborar um conjunto de parâmetros para a avaliação crítica dos meios de comunicação. (Siqueira & Rothberg, 2008, p.212)*

As práticas da crítica da mídia e da educação para os meios, assim como se propõem realizar o observatório Luminar e outras iniciativas semelhantes, tornam-se ainda mais imprescindíveis num cenário como o que se desenha atualmente na comunicação brasileira. A predominância do consumo da informação via redes sociais tem colocado na berlinda os grandes veículos de comunicação e sua produção vem sendo amplamente questionada. Formar criticamente o cidadão para a leitura da mídia – de todas elas – é tarefa que não pode ser adiada, em que pese todas as dificuldades que, mais do que nunca, se enfrentará para tanto.

## Referências

ALBORNOZ, L. A. &HERSCHMANN, M. (2006) Os observatórios ibero-americanos de informação, comunicação e cultura: balanço de uma breve

trajetória. e-Compos – Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação(dezembro, 2006). Recuperado em 25 abril, 2015 de<https://bit.ly/2U3XARA>

BAUER, MARTIN W. (2000)Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: Bauer, M. W. &Gaskell, G. (orgs) Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – Um manual prático.(P. Guareschi, Trad. pp. 189-217 ) Petrópolis : Vozes.

CANELA, G. (org.) (2008 a). Políticas Públicas Sociais e os desafios para o jornalismo. ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância / Cortez Editora : São Paulo.

CANELA, G. (2008b) A cobertura jornalística das políticas públicas sociais: elementos para debate. In: Canela, G. (org.). Políticas Públicas Sociais e os desafios para o jornalismo. (pp.10-20)ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância / Cortez Editora : São Paulo.

CANELLAS, M. (2008) Nem imparcial, nem engajado: o repórter como artífice da notícia. In: Canela, G. (org.). Políticas Públicas Sociais e os desafios para o jornalismo. (pp.104-114)ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância / Cortez Editora : São Paulo.

CUNHA, P.S. (2011). Observatórios de Mídia: conceito, práticas e fundamentos. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, RE, Brasil. Recuperado em 26 abril, 2015 de <https://bit.ly/2RYPs7s>

DALARI, D.A. (2002) Direitos Humanos e Cidadania.(2a.ed). São Paulo : Moderna.

FALEIROS, J.L. (2016). Escola sem Homofobia: Uma Leitura do Programa de Combate à Discriminação Sexual. In: Smanio, G.P., Bolfarino, I.C.M., Faleiros, J.L. & Amaral, R.R. (org.). (2016) Políticas Públicas no Brasil: Trajetórias, conquistas e desafios.(pp. 99-114) Rio de Janeiro: Lumen Juris.

HERSCOVITZ, H.G.(2007)Análise de conteúdo em jornalismo. In: Lago, C. &Benetti, M. Metodologia de Pesquisa em Jornalismo.(Col. Fazer Jornalismo). Petrópolis : Vozes.

LOURES, A.C.C. (2008) Pequena História da Crítica de Mídia no Brasil. In: Christofolletti, R. & Motta, L.G. (orgs). Observatórios de Mídia – Olhares da Cidadania.(Col. Comunicação, pp.157-172). São Paulo :Paulus.

MOTTA, LUIZ GONZAGA. (2008) E agora? Urgente colocar o social no centro da pauta jornalística. In: Canela, G. (org.). Políticas Públicas Sociais e os desafios para o jornalismo. (pp.333-342)ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância / Cortez Editora : São Paulo.

PARENTE, C. & PINTO, M. (2017) Observatórios de mídia enquanto espaços de cidadania. In: Soares, I.O., Viana, C.E. & Xavier, J.B. Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural.São Paulo :ABPEducom. Recuperado em 16 abril, 2018 de <https://bit.ly/2FAuQMY>

RAMONET, I. (1998)A tirania da comunicação.Petrópolis : Vozes.

REBOUÇAS, E. & CUNHA, P.S. (2008, setembro) Para que um Observatório de Mídia? O caso da análise da publicidade de bebidas alcoólicas nas rádios do Recife.Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Natal, RN, Brasil. Recuperado em 25 abril, 2015 de <https://bit.ly/2WoXLil>

REBOUÇAS, E. & CUNHA, P.S. (2010) Observatórios de mídia como instrumentos para (da) democracia. RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação. (vol.4, n.4) 85-93. Recuperado em 26 abril, 2015 de <https://bit.ly/2RF2bwL>

SARAIVA, F.M. & CARVALHO, F.F.O. (2012). Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo, reforma do Estado e subordinação das políticas sociais à política econômica. In: Ganev, E., Saraiva, F.M & Vieira, S.V. (orgs.). Políticas Sociais: percursos e desafios interdisciplinares.(pp. 31-52). São Paulo : Terracota.

SIQUEIRA, A.B. & ROTHBERG, D. (2008) Crítica de Mídia e Educação para os meios. In: Christofolletti, R. & Motta, L.G. (orgs). Observatórios de Mídia – Olhares da Cidadania. (Col. Comunicação, pp.197-216). São Paulo :Paulus.

SOUZA, C.(2006) Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias(ano 8, n. 16) 20- 44, Recuperado em 10 março, 2017 de <https://bit.ly/1Bmu9PN>

SPANNENBERG, A.C.M, AMORIM, A, GUEDES, B.M & ALVES, N. (2018)Um olhar sobre as políticas públicas na mídia – Educação, habitação, saúde e trabalho. Uberlândia / MG : Luminar – Observatório de Mídia, 2018.Recuperado em 18 janeiro, 2019 de <https://bit.ly/2DndC3v>.

WOLF, M. (2003)Teorias das Comunicações de Massa.(Col. Leitura Crítica) São Paulo: Martins Fontes.

#### **Textos dos autores:**

##### **Ana Cristina Spannenberg**

SPANNENBERG, A.C.M., AMORIM, A., GUEDES, B. M., ALVES, N.C.& SILVA, D. S.(2018, junho) Observatórios de mídia: por uma comunicação democrática – um olhar sobre as notícias de políticas públicas.Anais do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Belo Horizonte, MG, Brasil.Recuperado em 18 janeiro, 2019 de <https://bit.ly/2sD4dys>

ALVES, N.C, AMORIM, A., GUEDES, B. M. & SPANNENBERG, A.C.M. (2018, junho)Imprensa Livre e o Jornalismo Socialmente Justo? Um Olhar Sobre as Políticas Públicas na Mídia Alternativa Nacional.Anais do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Belo Horizonte, MG, Brasil.Recuperado em 18 janeiro, 2019 de <https://bit.ly/2Mk6oA2>

AMORIM, A, GUEDES, B. M., ALVES, N.C. & SPANNENBERG, A.C.M. (2018, junho)Burocráticas, acríicas e distantes da sociedade: um olhar sobre as notícias de políticas públicas na mídia local de Uberlândia/MG.Anais do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Belo

Horizonte, MG, Brasil. Recuperado em 18 janeiro, 2019 de <https://bit.ly/2W4xQ9c>

GUEDES, B. M., AMORIM, A., ALVES, N.C. & SPANNENBERG, A.C.M. (2018, junho) Sujeitos sem Voz em uma Mídia Restritiva: um olhar sobre as políticas públicas nos jornais digitais da Região Sudeste. Anais do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado em 18 janeiro, 2019 de <https://bit.ly/2U5nrrZ>

SPANNENBERG, A. C. M. (2016) Jornalismo em campanha: os diários soteropolitanos na cobertura da sucessão governamental de 1919. Revista Brasileira de História da Mídia, (v. 5) 143-151. Recuperado em 18 janeiro, 2019 de <https://bit.ly/2RG1h34>

#### **Neimar da Cunha Alves**

SPANNENBERG, A.C.M., AMORIM, A., GUEDES, B. M., ALVES, N.C. & SILVA, D. S. (2018, junho) Observatórios de mídia: por uma comunicação democrática – um olhar sobre as notícias de políticas públicas. Anais do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado em 18 janeiro, 2019 de <https://bit.ly/2sD4dys>

ALVES, N.C, AMORIM, A., GUEDES, B. M. & SPANNENBERG, A.C.M. (2018, junho) Imprensa Livre e o Jornalismo Socialmente Justo? Um Olhar Sobre as Políticas Públicas na Mídia Alternativa Nacional. Anais do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado em 18 janeiro, 2019 de <https://bit.ly/2Mk6oA2>

AMORIM, A, GUEDES, B. M., ALVES, N.C. & SPANNENBERG, A.C.M. (2018, junho) Burocráticas, acríicas e distantes da sociedade: um olhar sobre as notícias de políticas públicas na mídia local de Uberlândia/MG. Anais do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado em 18 janeiro, 2019 de <https://bit.ly/2W4xQ9c>

GUEDES, B. M., AMORIM, A., ALVES, N.C. & SPANNENBERG, A.C.M. (2018, junho) Sujeitos sem Voz em uma Mídia Restritiva: um olhar sobre as políticas públicas nos jornais digitais da Região Sudeste. Anais do XXIII

Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado em 18 janeiro, 2019 de <https://bit.ly/2U5nrrZ>

ALVES, N. C.; SOUSA, G. A Complexidade da Existência. (2015, junho) In: Anais do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Uberlândia, MG, Brasil. Recuperado em 18 janeiro, 2019 de <https://bit.ly/2Mm9GTs>

#### **Bianca Mara Guedes**

SPANNENBERG, A.C.M., AMORIM, A., GUEDES, B. M., ALVES, N.C. & SILVA, D. S. (2018, junho) Observatórios de mídia: por uma comunicação democrática – um olhar sobre as notícias de políticas públicas. Anais do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado em 18 janeiro, 2019 de <https://bit.ly/2sD4dys>

ALVES, N.C, AMORIM, A., GUEDES, B. M. & SPANNENBERG, A.C.M. (2018, junho) Imprensa Livre e o Jornalismo Socialmente Justo? Um Olhar Sobre as Políticas Públicas na Mídia Alternativa Nacional. Anais do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado em 18 janeiro, 2019 de <https://bit.ly/2Mk6oA2>

AMORIM, A, GUEDES, B. M., ALVES, N.C. & SPANNENBERG, A.C.M. (2018, junho) Burocráticas, acríicas e distantes da sociedade: um olhar sobre as notícias de políticas públicas na mídia local de Uberlândia/MG. Anais do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado em 18 janeiro, 2019 de <https://bit.ly/2W4xQ9c>

GUEDES, B. M., AMORIM, A., ALVES, N.C. & SPANNENBERG, A.C.M. (2018, junho) Sujeitos sem Voz em uma Mídia Restritiva: um olhar sobre as políticas públicas nos jornais digitais da Região Sudeste. Anais do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado em 18 janeiro, 2019 de <https://bit.ly/2U5nrrZ>

RODRIGUES, Y. T., SOUZA, B.M., SANTOS, A., CARDOSO, A.C.J., FARIA, L.F., ALVES, P.V, SPANNENBERG, A.C.M, & SANTOS, V.M. Livro-reportagem perfil 'Laço que Abraça'. Anais do XXIII Congresso de

Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado em 18 janeiro, 2019 de <https://bit.ly/2R26fBU>.